



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000503-65.2016.8.24.0600
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina
Requerido: Juízo da Vara Criminal da comarca de Campos Novos

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 15/2016-CGJ
Período da correição: 5-5-2016 a 11-7-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães
Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina
Assessora Correicional: Veruska Maluf
Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epígrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Campos Novos

Unidade: Vara Criminal

Municípios integrantes: Vargem, Zortéa, Brunópolis e Campos Novos

Juiz titular: Paulo Eduardo Huergo Farah

Chefe de cartório: Caroline Camila Ferreira

Última correição por equipe da CGJ/SC: 20-5-2013 a 22-7-2013. Autos n. 0010599-47.2013.8.24.0600.

Competência: Resolução n. 20/2007-TJ: "Art. 1º Transformar as atuais 1ª e 2ª Varas em 1ª e 2ª Varas Cíveis e denominar Vara Criminal a unidade judiciária criada pela Lei Complementar n. 224, de 10 de janeiro de 2002. [...] Art. 4º Compete ao Juiz de Direito da Vara Criminal: I – processar e julgar: a) os feitos criminais e execuções penais (Lei n. 5.624/1979, art. 93); b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/1995, arts. 60 e 61); c) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006); d) os procedimentos para apuração de ato infracional (Lei n. 8.069/1990, art. 103). II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias criminais; III – exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (Lei n. 5.624/1979, art. 93, § 1º)".

Entrância: Final

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.151
1.1.2	Processos em andamento	1.503
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.648
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência agosto de 2016. (fl. 102)		
b) Existem 59 processos ativos e 19 processos suspensos na antiga 1ª Vara Cível – Crime, e existem 6 processos ativos, 2 procedimentos ativos, 20 processos em grau de recurso e 2 processos suspensos na antiga 2ª Vara Cível – Crime. (fls. 103 e 104)		
c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 681 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.370
1.2.2	Processos em andamento	1.074
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.296
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência agosto de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	130	48	178
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 22-9-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.969	164,08
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.010	167,50
1.4.3	Janeiro a julho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	1.232	176,00
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		266
	Criminal – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	7	
1.5.1.2	Ag. Audiência	3	
1.5.1.3	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.4	Ag. Encerramento do Ato	61	
1.5.1.5	Ag. Prazo	8	
1.5.1.6	Com Classe Alterada	4	
1.5.1.7	Concluso 2	1	
1.5.1.8	Concluso 3	4	
1.5.1.9	Cumprir – urgente	6	
1.5.1.10	Cumprir Audiência	6	
1.5.1.11	Processos Recebidos do 2º Grau	1	
1.5.1.12	Recebido Distribuição	12	
1.5.1.13	Recebido do Juiz	4	
1.5.1.14	Recebido Serviço Social	1	
1.5.1.15	Remetidos à Delegacia de Polícia	60	
	Execução Penal – Processo		
1.5.1.16	Ag. Audiência	1	
1.5.1.17	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.18	Ag. Encerramento do Ato	25	
1.5.1.19	Ag. Prazo	2	
1.5.1.20	Ag. Prisão	14	
1.5.1.21	Com Classe Alterada	2	
1.5.1.22	Concluso 3	8	
1.5.1.23	Cumprir – Urgente	2	
1.5.1.24	Escrivão	1	
1.5.1.25	Recebido do Juiz	5	
1.5.1.26	Recebido Ministério Público	2	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.5.1.27	Ag. Prazo	12	
1.5.1.28	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	3	
1.5.1.29	Concluso 2	1	
1.5.1.30	Remetidos à Delegacia de Polícia	8	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 22-9-2016.</p> <p>b) Na data de 22-9-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 60 processos na fila. O mais antigo data de 3-11-2015.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos nessa fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 68 processos na fila. O mais antigo data de 21-10-2015.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 54 processos na fila. O mais antigo data de 23-8-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 49 processos na fila. O mais antigo data de 2-8-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 41 processos na fila. O mais antigo data de 8-6-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 8-1-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 21 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos, por amostragem. Verificou-se que em 3 (0000691-70.2016.8.24.0014, 0003981-64.2014.8.24.0014 e 0000462-13.2016.8.24.0014) há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 do CNECJ, e em 2 (0001670-66.2015.8.24.0014 e 0000466-84.2015.8.24.0014) há decisão determinando o arquivamento mas não certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0004655-13.2012.8.24.0014, 0000985-25.2016.8.24.0014, [REDACTED], 0002973-18.2015.8.24.0014, 0000872-18.2009.8.24.0014), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p> <p>b.9) Filas Concluso 1 a 10: foram analisados 5 processos (0002158-55.2014.8.24.0014, 0001385-10.2014.8.24.0014, 0002271-09.2014.8.24.0014, 0002537-93.2014.8.24.0014, 0000577-04.2016.8.24.0024), por amostragem. Verificou-se que em todos há movimentação de conclusão.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>c) Foi verificado o fluxo de documentos e analisada a fila petição intermediária, que apresentou os seguintes registros:</p> <p>c.1) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 274 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 12-3-2015.</p> <p>c.2) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 209 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 20-11-2014.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	904	679
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.	27,72%	21,55%
1.6.1.2	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). c) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 12-13). d) Segunda verificação: mês de referência agosto de 2016 (fl. 66-67). e) Destaca-se que do total de processos sem movimentação há mais de 180 dias, 168 apresentam local físico Gabinete do Promotor de Justiça.		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias	386	312
1.6.2.1	Processos sem movimento há mais de 365 dias	2012	3
1.6.2.2	por ano da última movimentação	2013	23
1.6.2.3		2014	203
1.6.2.4		2015	157
1.6.2.5	Data da movimentação mais antiga	2-8-2012	5-6-2013
1.6.2.6	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). c) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. d) Segunda verificação: mês de referência agosto de 2016. (fls. 105-111)		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	-	-
1.6.4	Processos com a classe "Habilitação para Adoção" em andamento e distribuídos há mais de 365 dias.	-	-
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	18	22
1.6.6	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	69	2
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.	57	127
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.	8	15
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.	-	-
1.6.10	Observações		
	a) Primeira verificação em 2-5-2016 (fls. 14-18). a.1) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro. a.2) Itens 1.6.7 a 1.6.8: dados do mês de dezembro de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 68-72).		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

- b.1) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro.
b.2) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
c) Itens 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.9: não se aplica em face da competência da unidade.

PENDÊNCIAS

1.6.11	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2016)	Primeira	Segunda
		verificação	verificação
	Petição intermediária	688	175
	Peticionamento eletrônico	43	14
	Mandados	154	74
	AR	49	26
1.6.11.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes. b) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 20). c) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 73).		

MANDADOS

	Indicador	Primeira	Segunda
		verificação	verificação
1.6.12	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	14	8
1.6.12.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros. a) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 21). b) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 74).		

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.13	Outros setores				
1.6.13.1	Contadoria	28	0	0	0
1.6.13.2	Ministério Público	811	529	810	540
1.6.13.3	A ser Recebido de Outro Foro	0	0	6	2
1.6.13.4	Petição Inicial – Ag. Digitalização	10	0	19	0
1.6.13.5	Observações				
	a) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 22). b) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 75).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.14	Quantidade total de processos em carga	555		366	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.14.1	Juiz (Douglas Cristian Fontana)	1	1	0	0
1.6.14.2	Juiz (Fabrício Rossetti Gast)	3	3	1	1
1.6.14.3	Juiz (Paulo Eduardo Huergo Farah)	67	0	47	31
1.6.14.4	Juiz (Reny Baptista Neto)	3	2	0	0
1.6.14.5	Contadoria	4	3	5	0
1.6.14.6	Distribuição	0	0	2	0
1.6.14.7	Ministério Público	422	361	299	260
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.14.8	Advogado	6	6	5	2
1.6.14.9	Delegacia de Polícia	49	49	7	7
1.6.14.10	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 23).				
	b) Segunda verificação: mês de referência agosto de 2016 (fl. 76).				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.6.15 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.15.1	Cartório - recebido do advogado	16	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.15.2	Cartório – aguardando	1	1	0	0
1.6.15.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.15.4	Cartório – aguardando carta precatória	75	9	17	12
1.6.15.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.15.6	Cartório – aguardando mandado	43	7	37	17
1.6.15.7	Cartório – aguardando publicação de relação	2	0	2	0
1.6.15.8	Cartório – arquivar	17	5	11	0
1.6.15.9	Cartório – escaninho da delegacia	3	3	0	0
1.6.15.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.15.11	Cartório – escaninho do juiz	12	2	16	2
1.6.15.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	17	15	3	2
1.6.15.13	Cartório – escaninho do promotor	31	11	41	7
1.6.15.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	41	1
1.6.15.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	33	7
1.6.15.16	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.15.17	Cartório – prazo 1 a 31	3	3	41	7
1.6.15.18	Cartório – mesa do escrivão	15	0	2	2
1.6.15.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	7	0	3	0
1.6.15.20	Cartório – mesa 01 a 10	21	5	20	8
	Expedição/cumprimento				
1.6.15.21	Cartório – cumprir despacho	96	18	22	12
1.6.15.22	Cartório – cumprir despacho urgente	6	0	0	0
1.6.15.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.15.24	Cartório – expedir correspondência	12	12	0	0
1.6.15.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.15.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.15.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.15.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.15.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.15.30	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.15.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	2	2	1	1
1.6.15.32	Observações				

a) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 24). Escaninho do Juiz (fl. 25).
b) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 77). Escaninho do Juiz (fl. 78).
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	631	38
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	232	5
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	101	0
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	3	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	9	5
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	277	203
1.7.8	Observações		
	a) Padrão de conformidade: a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro. a.2) Item 1.7.7: o relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC. b) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 26-37). c) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 79-89).		
1.7.9	Réu preso provisório	100	57
	Réu preso definitivo	152	150
	Total	252	207
1.7.9.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais b) Primeira verificação em 2-5-2016 (fl. 38-44). c) Segunda verificação em 22-9-2016 (fl. 90-95).		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-
1.8.5	Observações		
<p>a) Primeira verificação em 2-5-2016 (fls. 50-52).</p> <p>b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):</p> <p>b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.</p> <p>Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.</p> <p>b.2) Verificou-se que há 1.684 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 1.589 estão com a situação “a definir”.</p> <p>c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):</p> <p>c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p> <p>c.2) Mês faltante: julho/2009</p> <p>d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):</p> <p>d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p> <p>d.2) Existe 1 estabelecimento penal registrado.</p> <p>e) Item 1.8.4: não se aplica em face da competência da unidade.</p> <p>f) Segunda verificação em 22-9-2016 (fls. 99-101).</p> <p>g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):</p> <p>g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.</p> <p>Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.</p> <p>g.2) Verificou-se que há 2.123 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 1.532 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0900021-41.2015.8.24.0014, 0006233-74.2013.8.24.0014, 0004956-57.2012.8.24.0014, 0004934-96.2012.8.24.0014, 0004923-33.2013.8.24.0014, verificou-se que as armas a eles vinculadas foram cadastrados no SNBA.</p> <p>h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):</p> <p>h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p> <p>i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):</p> <p>i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p> <p>i.2) Existe 1 estabelecimento penal registrado.</p> <p>j) item 1.8.4: não se aplica em face da competência da unidade.</p>			



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-	-
1.9.1.1	Observações		
a) Item 1.9.1: Não se aplica em face da competência da unidade.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683